

Emenda Prefeitos reagem a projeto educacional

Ministro chama de elitistas os que não querem gastar mais com ensino básico

• BRASÍLIA. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, chamou de "elitistas da educação" alguns prefeitos de municípios da região Sudeste que criticaram o projeto de emenda constitucional, aprovado na Câmara anteontem, que cria o fundo de valorização do ensino fundamental. Os prefeitos dos municípios mais ricos alegam que já investem até R\$ 700 anualmente por aluno de 1ª a 8ª série do Primeiro Grau, enquanto a proposta do Governo permitirá um repasse médio de R\$ 300 por estudante ao ano.

Paulo Renato disse, no entanto, que os investimentos desses municípios são elevados porque eles atendem a poucos alunos de Primeiro Grau, deixando esta responsabilidade a cargo dos governos estaduais, que deveriam cuidar apenas das quatro últimas séries, além de gastar recursos da educação com a construção de prédios e até com outros tipos de obras que deveriam ser feitas com dotações específicas.

— Essês municípios gastam tanto porque têm poucos alunos e promovem uma educação elitista. O projeto é um estímulo para que os municípios aumentem sua rede de ensino. Quanto mais alunos eles tiverem, maior será o repasse de recursos do fundo — afirmou o ministro.

Paulo Renato disse que o Governo vai pedir urgência urgentíssima para aprovar o projeto no Senado até julho, quando deverá haver uma convocação extraordinária do Congresso. O projeto —

aprovado anteontem em primeiro turno na Câmara — obriga estados e municípios a investir no ensino básico 15% dos recursos destinados à educação.

Os recursos serão depositados num fundo nacional gerenciado pelo Ministério da Educação. De acordo com o ministro, os estados e municípios terão de repassar 60% do que investirem em ensino básico para os salários dos professores. O gasto mínimo por aluno, segundo cálculos do ministério, será de R\$ 300 por aluno ao ano. Há municípios do Nordeste que investem R\$ 50 anualmente por estudante.

Emenda será regulamentada por lei complementar

O Ministério da Educação vai enviar ao Congresso um projeto de lei complementar com as regras de repasse dos recursos do fundo. As verbas serão transferidas de acordo com o número de alunos matriculados em cada município. Os municípios que mantiverem mais estudantes em sala de aula terão direito a uma receita maior do que aqueles que matricularem menos crianças.

Na avaliação de Paulo Renato, a implantação do fundo vai revolucionar o ensino básico no Brasil. Com a garantia do repasse de parte da arrecadação para o Primeiro Grau, de acordo com o ministro, será possível pagar melhores salários aos professores, manter mais alunos em sala de aula e melhorar a qualidade do ensino público. ■

O QUE DIZ A EMENDA QUE CAUSOU POLÊMICA

FOCO NO PRIMEIRO GRAU

• Estes são os principais pontos da Emenda Constitucional da Educação aprovada pela Câmara:

1. PRIMEIRO GRAU: Dos 25% da arrecadação de estados e municípios destinados à educação, 15% terão que ser transferidos para o ensino de Primeiro Grau.

2. PRÉ-ESCOLA: Os outros 10% deverão financiar os quatro milhões de alunos da pré-escola.

3. SALÁRIOS: Dos recursos destinados ao ensino de Primeiro Grau, 60% terão que ser gastos com o pagamento dos salários de professores da rede pública.

4. MÉDIA DE GASTOS: O Ministério da Educação estima que será possível aumentar a média anual de gastos por aluno da rede básica para R\$ 300.

5. COMPLEMENTO: Estados e municípios que não conseguirem aplicar R\$ 300 por aluno receberão recursos complementares.